

1828	
D. Miguel I	 <p style="text-align: right;"> <i>Venha cá, senhor malhado</i> <i>Sente-se nesta cadeira</i> <i>Grite: Viva D. Miguel!</i> <i>Senão parto-lhe a caveira</i> (Versos facciosos dos caceteiros) </p>
Miguelismo: Ou a honra sem inteligência. Entre caceteiros e tradicionalistas	

● **Entendimento austro-britânico** – A viagem de regresso de D. Miguel é patrocinada por um entendimento entre a potência austríaca e o nosso aliado e protector britânico. Aliás, o ambiente internacional é bastante favorável ao infante, principalmente com a subida ao poder do novo governo inglês de Wellington, em 8 de Janeiro, ao mesmo tempo que em França, surge o gabinete do visconde de Martignac. Isto, quando em Madrid estão no poder os apostólicos e na Áustria continua pujante Metternich, o qual, no entanto, aconselha D. Miguel a *colocar-se numa atitude legal e imparcial entre os partidos, empregar os seus cuidados em contê-los com igual severidade*. Esta posição é também reafirmada em Lisboa pelo novo representante britânico, Frederic Lamb, futuro Lord Melbourne.

● D. Pedro, esquecido que, meses antes, tínhamos andado aos tiros, decidia à distância, ouvindo apenas diplomatas e a nossa vida lá era equilibrada entre o Rio de Janeiro, Londres e Viena. Os tais diplomatas vinham até Lisboa, ouviam o país nos bailes da aristocracia, ou numa qualquer sessão maçónica, e, deste modo, comunicavam aos donos do mundo o ambiente. Porque o Portugal velho, apesar de decapitado, depauperado e decepado ainda existia, embora desmembrado e em regime de vazio de poder. No ano da edição da obra de Jean-Baptiste Say (1767-1832), *Cours Complète d'Économie Politique* começa a publicar-se *A Besta Esfolada*, dirigida por José Agostinho Macedo, agravando-se o confronto entre dois extremos mentais, qualificados, de um lado, como os *burros*, ou *corcundas*, e, do outro, como as *bestas*.

● **O caceteirismo** – O então infante D. Miguel desembarca em Lisboa (22 de Fevereiro). Canta-se que *o rei chegou/ e em Belém desembarcou*. Prefere descer em Belém e não no Terreiro do Paço, onde estava armado um pavilhão com a Carta Constitucional. Não passa revista à divisão

inglesa e logo segue para a Ajuda, onde tem um primeiro contacto com a mãe, dita pelos adversários como *a megera de Queluz*. Começa imediatamente o caceteirismo: *Soltam-se as forças da anarquia, começa a caça aos liberais; domina a Força e o Cacete, endeusados pela facúndia do grande*



panfletário do partido, José Agostinho de Macedo²⁷ (António Sérgio).

● **Um traidor manifesto?** A figura de D. Miguel (1802-1866) continua a ser objecto de perspectivas contraditórias. Coelho da Rocha diz que *todos os seus actos trazem o cunho da imprevidência e da ferocidade*. Almeida Garrett qualifica-o como *um abjecto tirano, um rebelde traidor manifesto*.

● **Um rei legítimo?** Oliveira Martins, já com uma certa distância de historiador, e que lhe valeu uma violenta diatribe de António Sérgio, considera-o como *o último rei que o povo amou e compreendeu, que saiu pobríssimo do seu país e pelos seus oficiais carecidos distribuiu o dinheiro que possuía em Évora Monte*, enquanto Carlos Passos observa que *mais valia a figura do príncipe que o sistema absolutista*. Por seu lado, Cabral de Moncada salienta que *se por legitimidade entendermos a questão dos direitos de D. Miguel ao trono português em face das leis de sucessão do reino (leis ditas de Lamego e as Cortes de 1641), num ponto de vista estritamente legal, é indiscutível que uma tal legitimidade só pertencia ao filho mais novo de D. João VI*.

● **Usurpador** – Mas a isto responde Garrett, dizendo que *a legitimidade fez-se para os povos e não para os reis*, enquanto Coelho da Rocha salienta que D. Miguel procedeu a uma *escandalosa transgressão do juramento, dos sponsais e dos votos feitos... em Viena à face de Deus e de toda a Europa*.

● **A honra sem inteligência** – Talvez mais esclarecedoras sejam as posteriores palavras de D. Miguel no exílio: *fomos ambos infelizes, eu e meu irmão. Por ele esteve a inteligência sem honra, por mim, a honra sem inteligência*, conforme registo de Carlos de Passos. Porque, como dizia Garrett, na maturidade das páginas inolvidáveis das *Viagens na Minha Terra, toda a guerra civil é triste. E é difícil dizer para quem é mais triste, se para o vencedor, se para o vencido*.

● **Governo nº 4 de D. Miguel** (26 de Fevereiro). Tem na presidência (*ministro assistente ao despacho*) D. Nuno Álvares Pereira de Melo, o 6º Duque do Cadaval, futuro presidente da Câmara dos Pares.

● Outros ministros são: no reino e marinha, José António de Oliveira Leite de Barros, o 2º conde de Basto; na guerra e nos estrangeiros, o conde de Vila Real (1758-

1825); na justiça, conde de Barbacena; na fazenda, D. Diogo de Meneses de Eça, 3º conde da Lousã. O conde de Vila Real logo a 3 de Maio é substituído na guerra pelo visconde Rio Pardo e nos estrangeiros pelo visconde de Santarém. Seguem-se o conde de São Lourenço, Barbosa de Magalhães, Louis Auguste Victor de Ghaines, Conde de Bourmont (1773-1846) e António José Guião. Apesar de tudo, conforme o testemunho de um adversário, Lavradio, os ministros de D. Miguel *serviram sempre com exemplar limpeza de mãos*.

● Nomeados imediatamente novos governadores militares da confiança miguelista, como o visconde de Veiros para Lisboa; o visconde do Peso da Régua, Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, para Trás-os-Montes; e Agostinho da Fonseca para as Beiras. Palmela, em Londres, é substituído pelo visconde de Asseca, mas o governo de Londres não recebe o novo ministro.

● O gabinete tem sucessivas recomposições em 3 de Maio de 1828, 20 e 21 de Fevereiro e 11 de Abril de 1829, bem como em 1 de Julho e 27 de Setembro de 1831, e 15 de Agosto e 22 de Setembro de 1833.

● Logo em 3 de Maio de 1828: Conde de Vila Real é substituído na guerra pelo visconde Rio Pardo (1755-1829) e nos estrangeiros pelo visconde de Santarém.

● Em 16 de Março, dá-se o **pronunciamento** de Bernardo Sá Nogueira, a favor da Carta, a primeira das rebeldias de um sangrento processo de contestação liberal ao processo.

● **Assassinato dos lentes** de Coimbra em Condeixa, em 18 de Março, levado a cabo pela *Sociedade dos Divodigos ou Divodis*, também dito *Clube Republicano Escolástico*.

● **O fim da legitimidade cartista** – Dissolvida a Câmara dos Deputados, *em nome de el-rei* e usando *da atribuição do poder moderador*, em 13 de Março. D. Miguel, já aclamado rei pelo Senado de Lisboa e pelas Câmaras de Coimbra e de Aveiro, no dia dos anos de D. Carlota (25 de Abril), logo convoca os três estados à maneira tradicional, por pressão dos tradicionalistas e contra o que defendiam os rainhistas, marcados pela postura absolutista (5 de Maio de 1828)

● **A divisão inglesa**, comandada pelo general William Clinton, que se encontra em

Portugal desde 1826, retira-se em 2 de Abril e D. Miguel recusa mesmo passar revista às tropas. A partir de então, surgem alguns incidentes que vão acelerar o processo de ruptura, gerando-se golpes que produzem pontos de não regresso face ao necessário processo de consensualização.

● **Três Estados e eleição do rei** – Eleição dos delegados do braço popular (84 dos concelhos) para os Três Estados, que se reúnem no Palácio da Ajuda em 23 de Maio. 155 delegados do braço popular; 29 delegados do Clero (o Patriarca de Lisboa, seis bispos, grão-priores de todas as ordens militares, prelados abades e priores); 110 da nobreza (12 marqueses, 41 condes, viscondes e barões), num total de 294 membros. Os procuradores de Braga, Viseu, Guimarães e Aveiro não podem comparecer porque tais cidades estão na posse dos revoltosos. No dia 25, reúnem-se separadamente: o estado do povo no Convento de S. Francisco; o do clero, na Igreja de Santo António da Sé; o da nobreza, na Igreja de S. Roque.

● O modelo obedece ao mais rigoroso constitucionalismo histórico, significando o triunfo da ala moderada do miguelismo que, à semelhança de idêntica franja dos pedristas, procura retomar o consensualismo do *Portugal Velho* que havia sido eliminado pelo ministerialismo iluminista do absolutismo. O processo atinge o seu clímax em 11 de Julho, quando as Cortes assentam em reconhecer e declarar D. Miguel rei de Portugal.

● **O regresso da guerra civil.** Revolta liberal desencadeada em Aveiro em 16 de Maio, a partir do batalhão de caçadores 10 que imediatamente marcha para o Porto, onde se forma uma *Junta do Governo Provisório* presidida pelo general Hipólito Costa e integrando, entre outros, Manuel António Velez Caldeira (1791-1868) e Joaquim António Magalhães. Cercados, aí resistem até 2 de Julho. Segue-se revolta em Coimbra (22 de Maio), mas não se dá o previsto pronunciamento cartista no Algarve (25 de Maio). Falta um grande general aos cartistas, sendo convocado o brigadeiro Claudino Pimentel que, quando se dirige para o Porto, é preso, acabando por morrer na cadeia.

● **Derrota na Cruz dos Mouros** – Os cartistas, comandados pelo brigadeiros Francisco Saraiva da Costa Refoios (1779-

1842), são derrotados no combate da *acção dos capitães*, entre a Venda do Cego, Antanhol e a Cruz dos Morouços, a Sul de Coimbra, com Refoios, do lado cartista, e Povoas, da banda miguelista (24 de Junho).

● **Chega a Belfast.** Os rebeldes cartistas do Porto recebem o apoio de alguns chefes liberais que vêm do exílio, a bordo do navio *Belfast*, que traz Vila Flor, Taipa, Cândido José Xavier, Francisco de Paula Azevedo e outros (26 de Junho). Palmela assume o próprio comando militar e, no terreno, destacam-se Saldanha e Sá Nogueira. Todos acabam por fugir no mesmo navio, à excepção do último que consegue garantir a retirada para a Galiza de 4 000 soldados, dos quais 2 386, depois de muitas peripécias, acabam por embarcar para Inglaterra. As tropas miguelistas do General Póvoas entram no Porto e a partir de então estender-se, a todo o continente, o governo miguelista (3 de Julho).

● **Terrorismo de Estado.** Criado um tribunal de excepção para o julgamento dos revoltosos do Porto, em 14 de Julho. Como salienta Carlos Passos, *com D. Miguel a força era instrumento legal do castigo; com D. Pedro efectuava-se o castigo com o punhal e o trabuco*. Entre os dois, venha o Diabo e escolha.

● **Reforma Geral dos Estudos** – Em 9 de Agosto de 1828 é criada uma *Reforma Geral dos Estudos do Reino e dos seus Domínios*, sob a presidência de D. Francisco Alexandre Lobo, o bispo de Viseu, equivalendo a um autêntico ministério da instrução, dado retirar a matéria do ministério do reino. Quatro dias depois já desembarcam em Lisboa cinco jesuítas, vindos de Paris, depois de, em 10 de Julho, ser autorizado o regresso da Companhia. A Universidade tinha sido encerrada em 28 de Maio. Mas a partir do Verão de 1829, tudo entra em ritmo de febril vingança saneadora, com Frei Fortunato de São Boaventura a suceder a Lobo.

● **A resistência pedrista nas ilhas.** Mantêm-se dois focos de resistência anti-miguelista nas ilhas atlânticas. Na Madeira, de 20 de Junho até 22 de Agosto, com José Lúcio Travassos Valdez. Na ilha Terceira, os cartistas assumem o controlo, depois de uma revolta local (22 de Maio), confirmando o domínio ao vencerem os miguelistas na batalha do Pico do Celeiro (6 de Outubro),

após o que se cria uma Junta Provisória de Governo.

●**Malhados e burros** – Acidente de D. Miguel na viagem de Queluz para Caxias, quando é conduzido por cavalos *malhados*, nome pelo qual passam a ser alcunhados os cartistas, que também injuriam os apostólicos crismando-os como *bestas e burros* (19 de Novembro).

☞ Lavradio (I): 194; (II): 10; Martins, Francisco da Rocha (1929): 323; Paixão, Braga (1967): 254 ss.; Passos, Carlos: 52, 152 ss., 161 ss., 164, 166, 180; Pimenta, Alfredo (*Elementos de História de Portugal*, 1934): 490, 492; Santos, António Ribeiro dos (1990): 142; Secco, A. L. S. Henriques (1880, I): 407-488; (1889, II): 198-208; Sérgio, António (1929): 134; Silva, Armando B. Malheiro da (1993): 119, 180, 268; Valente, Vasco Pulido (1997): 97 ss.